

REVIRAVOLTA DA NOVA ECONOMIA MUNDIAL: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E EDUCAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL.

ENÉAS DE ARAÚJO ARRAIS NETO¹

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

<eneas.neto@ifce.edu.br>

DOI: <<https://doi.org/10.21439/conexoes.v14i5.1767>>

Resumo. O presente artigo parte de uma análise das transformações econômicas e políticas ocorridas mundialmente a partir do capitalismo globalizado na década de 1990, com a hegemonia das políticas neoliberais e a consequente elevação nos indicadores de pobreza, desemprego e destruição de serviços sociais nos países da América Latina. Expõe o processo de resistência e reação a essa destruição econômica acontecido através de resistência política de setores organizados da classe trabalhadora e dos movimentos sociais em todo o sub-continentesulamericano. Aponta que a articulação política dos vários governos de centro-esquerda eleitos na América do Sul, permitiram a instituição do MERCOSUL, ao lado da participação unificada ou fortalecida em organismos internacionais e em outras articulações multilaterais (BRICS, G20). Esse quadro político geral foi fator facilitador da implementação de políticas econômicas e sociais autóctones, no sentido de desvinculadas centralmente das determinações das economias centrais, permitindo o desenvolvimento de processos sociais e econômicos a partir de uma dinâmica inclusiva e independente. A reversão desses processos a partir da segunda metade da década de 2010, veio destruir os consensos sociais frágeis e instaurar a perspectiva da incerteza de rumos, destruição de direitos sociais, e desmonte de políticas econômicas voltadas ao desenvolvimento auto-direcionado nesses países. Entre outras áreas, a educação, a ciência e tecnologia, as universidades, estão todas ameaçadas de retrocesso, e a unidade de ação, lastreada na unidade plural da concepção histórico-política do momento é o elemento de resistência fundamental para a construção educacional atual.

Palavras-chaves: Economia Mundial. Desenvolvimento Regional. América Latina. Políticas Sociais. Educação

RECENT CHANGES OF THE GLOBAL ECONOMY: POLITICAL, ECONOMIC AND EDUCATIONAL TRANSFORMATIONS IN SOUTH AMERICA

Abstract. This paper starts with the analysis of the economic and political transformations that occurred globally from the global capitalism of the 1990s, with the hegemony of neoliberal policies and the consequent increase in indicators of poverty, unemployment and the destruction of social services in Latin American countries. It exposes the process of resistance and reaction to this economic destruction that has taken place through political resistance from organized sectors of the working class and social movements throughout the South American subcontinent. The text also points out that the political articulation of the various center-left governments elected in South America allowed the institution of MERCOSUR, alongside unified or strengthened participation in international organizations and other multilateral articulations (BRICS, G20). This general political framework facilitated the implementation of autochthonous economic and social policies, in the sense of centrally unrelated to the determinations of the central economies, allowing the development of social and economic processes from an inclusive and independent dynamics. The reversal of these processes from the second half of the 2010 decade has destroyed fragile social consensus and established the perspective of uncertainty of course, destruction of social rights, and dismantling of economic policies aimed at self-directed development in these countries. Among other areas, education, science and technology, universities, are all threatened with retreat, and unity of action, backed by the plural unity of the historical-political conception of the moment, is the element of fundamental resistance to the current educational construction.

Keywords: Global Capitalism. Latin-America. Regional Development. Social Policies. Education.

1 INTRODUÇÃO À QUESTÃO REGIONAL VERSUS CAPITALISMO GLOBAL

O grupo de estudos e discussão francês, “Nouvelle Marx Confrontation”, desenvolveu, ao longo da década de 2000-2010, a análise do novo ciclo de desenvolvi-

mento mundial capitaneado pelo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China – não necessariamente nesta ordem), articulado às formas de gestão do capital promovidas pelos sistemas financeiros e acionários do capitalismo mundial. A reversão das políticas econômica e esta-

tal que emergiu a partir da virada do milênio, exigida pela ‘debacle’ política do neoliberalismo “yuppie”¹ e pela exaustão social gerada pela miséria decorrente de suas políticas ao longo da década de 1990 em todo o mundo, não levou necessariamente a tentativas de mudança mais profundas na economia e nos modelos sociais.

Vimos emergir na primeira década do novo século uma nova ordem mundial, econômica, política e com uma diversificação (relativa) de formas sociais e referências culturais que passou a apontar, se não para novos caminhos, para “novas formas de caminhar”. Efetivamente, é necessário reconhecer que não há, e nem mesmo se propõe a ruptura com a ordem capitalista, com a lógica fundamental do capital, mas é também forçoso reconhecer a instauração de caminhos novos para o capitalismo, mormente em setores periféricos aos antigos centros da Tríade (EUA-EURO-Japão). Esses “caminhos novos” refletem aspectos diferenciados das relações de poder internacionais, influenciados por transformações de ordem política e econômica, incluindo o fato de que os próprios centros do capitalismo mundializado passaram a sofrer com as crises, anteriormente restritas às economias dependentes.

Como exemplo desse novo quadro, a reorganização política da América Latina, a partir dos governos Lula, no Brasil (que capitaneou esse processo nas esferas do sub-continente sulamericano e na articulação com África, China, Coréia e Rússia), ao lado de Hugo Chaves (Venezuela), Evo Morales (Bolívia), José Mujica (Uruguai), com o apoio dos Kirchner (Argentina), permitiu a ruptura com o projeto da ALCA (de interesse dos EUA e de seus representantes nas elites nacionais desses países), reforçando o MERCOSUL. Essa reorganização da produção econômica, da articulação política e dos mercados regionais do subcontinente sulamericano, ao lado da criação de outras formas de agrupamento (BRICS, G20, entre outros) e, mesmo, o novo estágio em si das economias Chinesa, Indiana, Brasileira e Russa, levou ao redimensionamento das possibilidades de inserção dessas economias nacionais e regionais dentro do quadro mundial capitalista.

O epicentro da Crise seguinte, acontecida a partir do final da primeira década do novo milênio, anteriormente alocado sempre em países da “periferia” do Grande Capital Mundial, apresenta, a partir da primeira década

¹ Acunhamos de “neoliberalismo yuppie” a cultura festiva do neoliberalismo abraçada por setores tecnocráticos da economia e repercutida pela classe média que se projetava com acesso ampliado ao consumo supérfluo diferencial. Essa visão “otimista” particular desses setores e amplamente propagada pela mídia foi contraditada pela realidade do avanço global da desigualdade, da pobreza e a reinstalação da crise.

do novo milênio, um quadro que causaria espanto em épocas anteriores. Crises que despontam com epicentro nos EUA e na Europa refletem um processo de transformação qualitativa da estrutura mundializada do capital, levando ao reordenamento das polaridades econômicas com a emergência de uma pluralidade de centros dinâmicos “médios” na produção mundial, conquanto articulados ainda pela dinâmicas dos fluxos financeiros, influências de mecanismos cambiais etc.

Em cada uma destas regiões geoeconômicas ou geopolítico-econômicas para que percebamos com mais profundidade a complexidade do processo em devir, a divisão do trabalho direcionou e direciona as atividades que produzem maior valor agregado para os países e regiões centrais, os polos ainda mais poderosos e reais do sistema, transferindo as atividades intensivas no uso de mão-de-obra e energia, ou os setores de alto teor poluente para as áreas agregadas ou politicamente subordinadas.

Dentro desta divisão de trabalho não apenas internacional, mas já globalizada e regionalizada, o papel desempenhado pela educação no posicionamento relativo de cada país se tornou mais importante. Cabe destacar aqui que Educação é pensada, nesse formato, como atividade reduzida à escolarização, tomando assim um processo social amplo e complexo, que envolve experiências existenciais diversas em variados grupos relacionais e formas culturais múltiplas, em apenas uma de suas expressões sociais – a escola. Esse reducionismo já se mostra como princípio deletério para definições políticas globais e educacionais especificamente. Quando entendida economicamente a partir da mesma lógica do senso comum principalmente como nível de escolarização, uma gama de aspectos educacionais fundantes do desenvolvimento da personalidade de cada trabalhador, de cada cidadão, de cada pessoa, afinal, torna-se elemento de restrição e não de ampliação de suas capacidades e potenciais. Esse ponto, em si, já leva a muitos questionamentos referentes à propositura desse tipo de enfoque que despreza a centralidade do humano, repondo uma centralidade reificada sob a lógica do capital.

A questão, no entanto, pode ser avaliada mesmo partindo da perspectiva economicista e “coisificadora” dos trabalhadores, conforme imposta hegemonicamente e é assim que o termo será utilizado nessa exposição doravante. O ponto central posto em dúvida, mesmo nesse enfoque é até que ponto o patamar de escolarização se tornou realmente um fator decisivo ou, ao menos, um determinante realmente importante daqueles processos do desenvolvimento econômico e liderança tecnológica, no sentido que normalmente se atribui a ela - esco-

larização. O conjunto trabalho barato, inovações tecnológicas e produtivas e acesso a mercados parece ser ainda o núcleo da fórmula defendida pelas concepções liberais. Supondo que a alta tecnologia se desenvolveria dentro das economias mais importantes, o que seria, ao lado das novas condições de desenvolvimento subjetivo e cognitivo o grande papel da parcela dos técnicos de alta qualificação dentro do sistema produtivo, a elevação em níveis intermediários (ensino-escolarização fundamental e média, e mesmo escolarização superior de baixo nível científico), apenas eleva o patamar de execução e absorção de tecnologia importada.

Chesnais (opus citatus) torna claro o papel da educação-escolarização, tanto como parte da estrutura de condições para o desenvolvimento da produção como um todo, ou como “lugar” de exploração de mão-de-obra barata e altamente qualificada, utilizada para subcontratação (terceirização) de serviços, como é o caso da transferência de serviços acessórios da área bancária e financeira em geral, e de processamento de dados, para regiões da Índia e da Escócia, desde o início dos anos noventa, em busca de mão-de-obra qualificada e barata. Esse caso exemplar e a constatação dele decorrente sugere as determinações do movimento em que o padrão educacional (ou qualificacional) não necessariamente determina o desenvolvimento ou instalação de setores econômicos de alto valor agregado num país ou região. Isto posto, cabe reconhecer que a escolarização não deixa de ser elemento importante (mesmo entre outros) de direcionamento na distribuição dos empregos de melhor remuneração dentro dos processos produtivos.

Mas há críticas mais diretas à potencialidade do processo educativo que objetam que melhor treinamento e mais alto nível educacional não asseguram emprego, não possuem o condão de criar postos de trabalho, apenas aumentam as chances de inclusão cíclica como mão-de-obra preferencial para exploração do capital, num processo em que outros (outros indivíduos, outras regiões, outros países) serão excluídos ou preteridos. Melhor educação, mais elevado patamar de escolarização ou mais alta qualificação profissional somente poderiam conferir melhores chances àqueles que vivem em sociedades competitivas, onde alguém, ou algum grupo particular, é o “perdedor”. Tendo se tornado historicamente uma ferramenta de ascensão individual, ou de distinção de classe, a educação assumiria seu papel ‘perfeito’ como uma “escada” de ascensão social somente dentro de esquemas duais, onde há “boa educação” para alguns, e pior, pouca ou nenhuma educação escolar para outros. A alegoria perfeita para esse processo é a da gangorra ou da balança de pratos: quanto

maior o desequilíbrio, a ascensão de um lado depende do descenso do lado oposto – competidor.

Além disso, é importante perceber que os setores de produção de alto valor agregado (e os consequentes empregos de melhor remuneração que lhes são inerentes), em sendo o centro gravitacional da dinâmica de criação e extração de valor, estão numa relação direta e de proximidade com a valorização do capital, tendo permanecido de forma predominante nas economias centrais. A excessão global a essa dinâmica restritiva é expressada pelos exemplos da China, principalmente, e da Coreia, secundariamente. Além do caráter excepcional, articulado à existência de culturas e civilizações milenares, a decisão política e condições econômicas também excepcionais (no caso da Coreia) são fatores explicativos importantes. De fato, o que se pôde observar de forma genérica, até agora, foi a transferência para as áreas agregadas dos setores de uso intensivo de recursos naturais e mão-de-obra. Por fim, a questão definitiva é: o que aconteceria se atingíssemos um nível elevado e universal de qualificação profissional? Neste caso, é claro, a educação e a qualificação não poderiam determinar os “melhores empregos” para todos, mesmo considerando que o argumento fosse verdadeiro.

Este quadro extremo de alta qualificação generalizada somente determinaria o melhor dos mundos para o capital, que poderia escolher os mais baratos entre os bem qualificados trabalhadores, que estariam competindo ferrenhamente para ocupar os mesmos postos de trabalho necessários à permanência da estrutura produtiva capitalista. É necessário redirecionar o sentido da educação formal representada pelo sistema escolar, no sentido mais profundo que Marx preconizava para o termo ‘superação’, a emergência de algo novo que ‘retorce’ o sentido de algo, negando-o, mas ao mesmo tempo incorporando-o parcialmente e indo além.

A ideia que defendemos aqui não é a desqualificação da educação-escolarização ou a negação de sua importância social. Primeiramente advogamos que o real papel desempenhado pelo sistema educativo-escolar e pela educação, como fenômeno em geral, no capitalismo globalizado e em cada bloco histórico nacional com ele articulado, deve ser compreendido propriamente, se queremos intervir no sentido de atuarmos conscientemente sobre essas realidades.

2 O novo quadro político e econômico continental e a possibilidade de políticas sociais

Nos últimos anos, a emergência das economias chinesa, indiana, brasileira e russa, assumiu um papel importante no reposicionamento relativos dos grupamentos regionais, abrindo importantes perspectivas e no-

vas possibilidades históricas para o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos aos grandes centros históricos do capital mundial, e alternativos aos processos hegemônicos políticos, econômicos e sociais. O coroamento recente deste quadro se fez a partir da emergência de uma nova crise que, iniciada como crise financeira alastrou-se no sentido de uma crise econômica de porte mundial, com a particularidade de que, desta vez, teve seu epicentro na maior economia do planeta, arrastando por gravidade as demais economias capitalistas a ela direta ou indiretamente relacionadas.

Neste processo, ainda em curso e cujos rumos se encontram abertos, a disputa pela hegemonia mundial articula capital financeiro, estruturas produtivas e organização social e política, em âmbitos, escalas e níveis diversos, nacional, regional e inter-regional. Não se pode esquecer o papel, no aporte de recursos de P/D (pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos) e de desenvolvimento tecnológico de ponta, desempenhado pelo setor industrial militar dos EUA e OTAN (Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Suécia, Bélgica, Holanda et alii).

A posição ainda dominante dos Estados Unidos nas agências internacionais de organização econômica (FMI, Banco Mundial, OMC, GATT etc.), juntamente com sua condição de potência hegemônica política e militar do sistema, ainda consegue influenciar poderosamente a economia mundial. Teve sucesso em mudar as regras do comércio internacional em muitos aspectos, redirecionar produção, determinar novas formas e conteúdos do consumo e, principalmente, direcionar os fluxos financeiros internacionais em seu benefício, estabelecendo o capital financeiro e o desenvolvimento tecnológico como eixos do capitalismo mundial. As guerras localizadas (Guerra do Golfo, Afeganistão, Iraque) e conflitos regionais são grandes mercados para a indústria armamentista e laboratório de desenvolvimento de novas tecnologias militares às custas de centenas de milhares de vidas, consideradas irrelevantes na contabilidade mórbida desses setores empresariais e seus “lobbies” nos congressos e governos centrais, mormente o dos Estados Unidos da América.

Esta hegemonia “Americana”, que articula intervenções militares de cunho econômico, retaliações políticas e mecanismos variados de intervenção internacional, passou a sofrer a perspectiva de sombreamento pelo desenvolvimento das economias chinesa, russa, sul-americana e indiana, principalmente, e pela magnitude da crise interna do sistema produtivo estadunidense, sem que se possa, ainda neste momento, aquilatar o impacto desse processo sobre as formas de reprodução e hegemonia do capital financeiro global. Observe-se que

o distanciamento do aparelho militar estadunidense em relação ao restante do mundo, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos, o erige, no curto prazo, em superpotência militar “única” e gendarme mundial. A ameaça constante que paira sobre qualquer país ou região insubmissa é considerável, e as incursões ‘aventureiras’ dos marines, da força aérea e do exército ‘ianque’ relembram permanentemente ao mundo os riscos da opção por caminhos de confrontação aos ditames do centro da economia capitalista atual.

Nos últimos anos (2012-2019), emerge uma nova forma de intervenção ‘subterrânea’, baseada em formas anteriores mas agravada pela utilização de novas ferramentas de mobilização social: a “Guerra Híbrida”. A intervenção política mobilizando setores sociais pequeno-burgueses, no sentido da destituição de governos democratizantes de centro-esquerda na América Latina e mais recentemente na Europa, vem se tornando o aspecto desequilibrador da continuidade de políticas econômicas e sociais progressistas, e da consequente ascensão de alternativas ao poderio estadunidense. Os processos de destituição dos governos Latino-Americanos na Argentina, no Brasil, no Peru, no Equador, e as tentativas em vários outros países dessa macro-região geopolítica, aponta para novas formas de manipulação ideológica associada ao uso massivo da internet e suas expressões de mídia e redes virtuais. O ‘cultivo’ de novas formas da direita, hoje religiosa e furibunda, aponta para processos educativos centrados já não mais na escolarização (que esses grupos ideologizados da direita tentam voltar a controlar estritamente), mas na utilização de ‘igrejas’, do ‘cristianismo fundamentalista’, do ‘pentecostalismo cristão’, associado a discursos explícitos de violência xenofóbica contra imigrantes, xenofobia regional (contra nordestinos, no Brasil), misoginia, machismo, racismo, sexismo e, não menos importante ou central – classe trabalhadora organizada (sindicatos, centrais sindicais, MST, MTST, Via Campesina).

Mas, retornemos à questão da relação direta escola-produção, após essa digressão historicizante. É fundamental que se compreenda o caráter do capitalismo centrado e dirigido pelas finanças, que já assumiram a forma virtual. Primeiramente, no cenário de manutenção da hegemonia do capital financeiro em condições semelhantes às de sua forma de atuação presente, a separação entre produção e apropriação de mais-valia, e a emergência do capital monetário como um setor parasítico do capital, já havia sido claramente exposta por Marx (*O Capital*, livro III, capítulo XXV). Ao lado de todas as implicações sociais deste processo, que inclui dívidas públicas exorbitantes, fortunas digitais, econo-

mia fiduciária, soberania transnacional dos mercados de ações e de câmbio, entre outras, aconteceu uma mudança estratégica na posição relativa da indústria e das finanças, com importantes consequências para a divisão do trabalho.

O deslocamento do setor industrial para uma posição subordinada dentro da estrutura do capitalismo mundializado, determinou também sua subalternidade global, dentro do modelo social engendrado a partir das relações do capital. Num movimento contraditório dentro da mesma forma, a retomada produtiva que acontece nos países que constituem o epicentro (BRICS) da nova vaga de crescimento industrial periférico repôs questões relacionadas às teorias do desenvolvimento, de matiz regionalista, repondo ‘a coté’ a importância das políticas industriais e tecnológicas como possibilidade de reposicionamento global desses países, articulada com reposicionamento geopolítico mundial e regional.

Todo este movimento, com seus deslocamentos de eixo gravitacional da produção e maior volatilidade financeira levou, num primeiro momento ao enfraquecimento das definições políticas, inclusive das políticas públicas de Estado. Isto foi um movimento muito claro, explicável na medida em que o Estado é também um partícipe e constituinte das relações capitalistas gerais da sociedade, tendo perdido ou reduzido gravemente, nas décadas de 1980 e 1990, a possibilidade de orientar estratégias econômicas de médio e longo prazos, definindo sua atuação, contrariamente, a partir da necessidade de retorno e lucratividade, em curto prazo e com liquidez permanente, do capital monetário.

No refluxo desse momento de hegemonia absoluta e inquestionável do capital financeiro (característico dos anos 1980 e 1990, do século passado), o início do século XXI apontou para uma conjuntura um pouco mais crítica dos mercados financeiros (mesmo que crítica ainda incipiente e mantida a submissão **objetiva** aos mercados financeiros globais). Aponte-se, ainda, o retorno da produção agrícola e industrial como elemento de central importância na disputa inter-setorial do capital. Os Estados Nacionais e os novos agrupamentos geopolíticos regionais passaram neste novo enquadramento à posição de importantes agentes da determinação de vetores de desenvolvimento, repondo as políticas públicas nacionais de Educação, de Ciência e Tecnologia, e políticas inclusivas na área social, no centro dos debates acerca da indução permanente ou de longo prazo dos processos de desenvolvimento econômico e social. Articuladas às políticas internacionais e regionais de criação de articulações e fóruns alternativos, esses elementos erigiram efetividades e possibilidades inovadoras na realidade social, política e econô-

mica dessa regiões emergentes (BRICS, MERCOSUL, G20).

Por um lado, a crise internacional desencadeada a partir dos mercados financeiros e de câmbio ocorrida em 1997-98 desnudou a fragilidade das políticas econômicas nacionais e mesmo de suas estruturas produtivas, diante dos fluxos monetários que demandam aplicações de alta rentabilidade e liquidez absoluta. A crise americana mais recente dos mercados financeiros e de ações, deflagrada a partir do estouro da chamada “bolha” do mercado imobiliário dos EUA (2008), que contagiou o mundo a partir da especulação creditícia do sistema bancário americano, é um sintoma da possibilidade da maior economia capitalista do mundo entrar em um ciclo recessivo e afundar parte do mundo (os demais países sob influência de sua economia) sob o peso da inflação dolarizada, dos redirecionamento de fundos de capital, ou de processos de estagnação decorrentes das formas de “salvamento” financeiro de suas economias nacionais adotadas pelos estados dos países centrais (EUA e EU).

A retração dos programas sociais estatais, das políticas públicas em geral e o agravamento da desigualdade de classe nessas regiões centrais do capitalismo é sintomático do preço que recai prioritariamente sobre a classe trabalhadora desses países, com o agravamento incidente sobre as nações e regiões de menor poder político e econômico em suas áreas de influência. O capitalismo é recorrente em suas estratégias e procedimentos de apropriação privada dos rendimentos da produção social e a alternativa distribuição social dos custos e do preço social dos momentos de crise. O empoderamento político dos próprios representantes dos setores responsáveis pela crise, nas estruturas do governo dos EUA, demonstra a debilidade acentuada do poder político frente à voracidade do capital financeiro, a ponto de submeter aspectos da estrutura social e produtiva daquele país a processos de desmonte, em nome da sustentação e socorro aos elementos podres de seu sistema financeiro.

A dependência da economia brasileira diante do aporte constante de capital externo, vinculada ao encaminhamento submisso das políticas sociais e econômicas aos ditames liberais, tolheu a condição de instauração nacional (pelo menos no caso brasileiro, ao longo das décadas de 80 e 90) de políticas de longo prazo que revertessem o quadro de dependência externa e de agravamento das condições sociais internas. O redirecionamento político e econômico regional da América Latina ocorrido desde a primeira década do novo século (2000-2010), particularmente, da América do Sul – MERCOSUL e a particularidade do caminho brasi-

leiro de busca de alternativas ao projeto liberal, a partir dos encaminhamentos dos governos Lula, abriu alternativas de desenvolvimento de maior teor autóctone, contribuindo ainda mais com a complexidade da análise a ser desenvolvida na atualidade das primeiras décadas deste milênio.

Essa alternativa, que vigorou ao longo de uma década (de forma geral e com fronteiras borradas, no período englobado pelos anos 2004-2014), encontrou, a partir de 2013 um refluxo conservador, financiado por setores da direita dos EUA e pelos setores reacionários internos em cada sociedade nacional sul-americana. Esse refluxo, articulando grupos financeiros, setores do capital industrial e comercial, mobilizado pela grande mídia corporativa empresarial dos vários países, cooptou com facilidade os setores sociais médios, cujo preconceito social, latente na cultura e ideologia pequeno-burguesa, foi alimentado com o medo da diluição social pela convivência com a emergente classe trabalhadora, decorrente da ampliação dos espaços sociais de vivência comum (shoppings, aeroportos, lojas, clubes, universidades, escolas etc).

Por outro lado, os setores emergentes das classes populares (conhecidos no vocabulário oficial como classes “C” e “D”), embora não assumindo protagonismo político, se viram (foram projetados pelo discurso midiático) como a “nova classe média”, perdendo a oportunidade de desenvolver projetos sociais e políticos próprios e sendo “encaixados” no grande “sonho pequeno-burguês do consumismo”. De fato uma parcela considerável dos antigos grupos sociais de pobres e famintos, classicamente excluídos da participação nos mecanismos de acesso ao consumo mínimo, à escolarização, à saúde, à moradia e à utilização dos serviços públicos e privados de amenização do esforço de reprodução social, efetivamente ocuparam um lugar de destaque na dinâmica reprodutiva do capital nesses países, e principalmente no Brasil, através de seu recém-instalado poder de consumo (mesmo que de bens básicos) que se tornou o eixo deflagrador de taxas de crescimento econômico elevadas e de índices de desemprego em constante baixa, mesmo em meio à maior crise capitalista dos últimos 70 anos.

Ainda é nebuloso o quadro com o qual nos deparamos. A constituição de um novo Bloco Histórico é um processo que leva décadas, mesmo quando conscientemente perseguido com clareza e tenacidade. O panorama nacional (e regional sul-americano) não demonstra apresentar essa clareza, pelo menos não de forma Hegemônica. Pelo contrário, o que se demonstra social e politicamente é a emergência de um ‘momento histórico’ de disputa, em que se engalfinham os velhos

dirigentes das elites continentais e os novos personagens políticos e sociais ainda descoordenados e confusos, o que sugere a inexistência, até este momento, de uma clara opção e direcionamento Hegemônico. No vazio de um projeto claro das próprias elites capitalistas, órfãs do discurso neoliberal, desgastado em todo o continente, emerge um discurso de direita, neofascista, reacionário em termos políticos, econômicos e sociais.

A falta de clareza de rumos determinada por esse momento de disputa leva a que a ação política dos grupos subalternos e populares finda por concentrar-se em movimentos de resistência e reação ao retorno das velhas elites econômicas e políticas. A pluralidade em disputa impede uma perspectiva unificada de luta, com cada grupo organizado ou partido popular disputando, mesmo internamente aos próprios setores subalternos, a liderança de projetos globais para a sociedade. Essa divisão interna, evidenciando pluralidade de projetos e, num certo sentido, maior liberdade e democratização do debate político, constitui, por outro lado, um elemento central de dificuldades, refletindo a falta de unidade no rumo das transformações sociais e econômicas necessárias no sentido de sociedades mais equânimes.

O debate plural e a divergência de projetos e de caminhos políticos e sociais acaba por, contraditoriamente, pesar contra o encaminhamento da mudança que pretende. Acrescente-se a este ponto da análise o necessário reconhecimento do papel desempenhado pela estrutura de manejo e difusão de informações, controlada pelos setores da elite do capital em nossas sociedades de classe. A ‘Mídia’, falada, escrita, televisionada e, mais recentemente, controladora hegemônica das ‘redes sociais virtuais’ (internet), é efetivamente um elemento de construção de sentidos e interpretações conservadores para o capital e reacionários, em relação a qualquer projeto social, político e econômico alternativo. Efetivamente, a ação política de reação às mudanças, mesmo que mínimas, em conceitos e direcionamentos políticos e econômicos, tem tornado esse sistema informacional no maior ‘partido político’ das elites nacionais do Brasil, Venezuela, Argentina, Bolívia, Equador e Chile, para citar apenas alguns países envolvidos nesse contexto de mudanças sociais.

3 Os desafios atuais para a educação e os movimentos sociais organizados

Mais claramente, nos últimos três anos (2016-2019), vimos concretamente iniciar o desmonte acentuado dos direitos sociais e de políticas econômicas que privilegiavam o desenvolvimento autóctone latino-americano. A vitória da direita na Argentina, associada ao golpe jurídico-midiático-militar no Brasil, com a deposição

da presidenta Dilma Roussef, o assediamento ao governo da Venezuela, manifestado através de múltiplas tentativas de golpe, a utilização criminosa de estruturas difusas de informações falsificadas, de propaganda enganosa através da mídia digital e da mídia tradicional, tiveram como resultado a destruição do consenso progressista e a instauração de uma maré cultural reacionária, preconceituosa contra o próprio povo, levando à regressão acentuada da estrutura de seguridade social. No Brasil, colecionamos desde 2017, perda de direitos e mudanças com retrocesso na educação, cortes generalizados em áreas sociais, destruição de direitos do trabalho, tentativa de destruição da previdência pública atingida danosamente com perdas sociais consideráveis, cortes em investimentos científicos e acadêmicos, ataque direto às universidades, entre outras políticas reacionárias em relação à conquista de direitos sociais e econômicos.

O quadro se apresenta como grandemente similar no projeto antipopular em todo o continente, levando a que tenhamos que começar a pensar mais profundamente, principalmente nós no Brasil, tradicionalmente de costas viradas para os países vizinhos e ajoelhados perante o poderio imperial do norte. O momento em que conseguimos uma construção progressista de resistência decorreu da unidade de ação política de governos que optaram por superar divergências menores e erigir o possível a partir das convergências. O mesmo necessita a partir de agora ser articulado pelos movimentos sociais, e pelos educadores conscientes e mobilizados, no sentido de uma maior unidade de consciência política que favoreça a ação de resistência contra os desmontes. A transformação que sofremos todos os povos latino-americanos, neste final de segunda década exige o desenvolvimento desses dois elementos, a consciência comum e a luta comum.

Esse quadro geral de transformações atinge a forma da sociedade capitalista, latino-americana, e brasileira como modelo específico, em todos os seus aspectos, seja o produtivo e político, como vimos ressaltando, seja o cultural coletivo e os aspectos subjetivos das massas de trabalhadores, com influência determinante sobre a atual conjuntura da formação humana e dos processos específicos da qualificação dos trabalhadores. A busca de uma compreensão ampla, que dê conta da complexidade, das contradições e das transformações, tanto no nível global quanto em suas expressões continentais, regionais e locais, no caso do Brasil, da região Nordeste e do estado do Ceará, em particular, dialeticamente articulados como todo e como partes constitutivas, é a questão aberta da qual apenas iniciamos a exposição através dessa reflexão ensaística.

Apontamos, neste momento, para a necessidade de conjugar os esforços de uma compreensão empírica e da formulação teórica consequente que permita explicar e esclarecer concretamente o desenvolvimento atual da sociedade capitalista em sua totalidade e em seus aspectos específicos que cobrem a reestruturação produtiva, seu impacto e determinações sobre a qualificação e formação dos trabalhadores, a reestruturação do estado brasileiro e suas políticas para a educação profissional e as transformações no perfil da subjetividade social e dos trabalhadores.

Esse esforço ‘conjugado’ não deve significar pensamento uniforme, mas parece demandar uma perspectiva “unitária” na pluralidade de possibilidades, de posições e de projetos. Em meio à diversidade de objetos de análise, de processos sociais avaliados, de encaminhamentos políticos e econômicos possíveis, é fundamental o estabelecimento de uma unidade de encaminhamento. Unidade, diga-se claramente, de rumo, significando a superação da sociabilidade reificadora e desumanizante do capital e de sua civilização em que “tudo que é sólido desmancha no ar” (Karl Marx).

REFERÊNCIAS

- Arrais Neto, E. d. A. Desqualificação global do trabalho: a excentricidade de uma visão unitária da classe-que-vive-do-trabalho. In: ANAIS.. (Ed.). **Trabalho e Crítica: Anuário do GT de Trabalho e Educação ANPED**. Florianópolis: NUP, 2002.
- Arrais Neto, E. d. A. Mundialização e crise do capital—a relação dialética entre essência e fenômeno na constituição real do mundo do trabalho. **Revista Educação em Debate**, v. 1, n. 45, p. 86–95, 2003.
- Arrais Neto, E. d. A. Um mundo “sem fronteiras” ou capitalismo “sem controle” ? regulação social e a realidade dos novos papéis do estado nacional sob o capitalismo mundializado. In: Arrais Neto, E. d. A. (Ed.). **Trabalho, Capital mundial e formação dos Trabalhadores**. Fortaleza: UFC/Ed. SENAC, 2008.
- CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma nova fase do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Xamã, 2003. v. 119.
- CORIAT, B. **L’atelier et le robot**. 1. ed. Paris: Christian Bourgois, 1990.
- CORIAT, B. **Penser a l’envers**. 1. ed. Paris: Christian Bourgois, 1992.

MANDEL, E. **A Formação do Pensamento Econômico de Marx**. 1. ed. Coimbra: Centelha, 1978.

NETO, E. d. A. A. Empregabilidade, competências e desqualificação dos trabalhadores: a dança das palavras sobre o solo real das transformações produtivas. In: OLIVEIRA, E.; SOUSA, A. (Ed.). **Educação profissional: análise contextualizada**. Fortaleza: Edições UFC, 2014. p. 29–42.

SANTOS, T. d. **Revolução Científico-Técnica e Acumulação do Capital**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SANTOS, T. d. **Del Terror a la Esperanza**. 1. ed. Caracas: Monte Ávila Editores Latinoamericana C.A., 2006.

SANTOS, T. d. **Economia Mundial, Integración regional y Desarrollo sustentable: Las nuevas tendencias y la integración latino-americana**. 1. ed. Peru: Derrama Magistral, 2010.

SANTOS, T. d. **Imperialismo y Dependencia**. 1. ed. Caracas: Fundacion Biblioteca Ayacucho, 2011.

SOUSA, A. A.; Arrais Neto, E. d. A. **Trabalho, Capital mundial e a formação dos trabalhadores**, Ed. 1. ed. Fortaleza: SENAC Ceará, Edições UFC, 2008.